

~~LUIZ AUGUSTO MILANESI~~

**1968: SEGUNDO ANO DA ECA, QUARTO ANO DO
GOLPE MILITAR, PRIMEIRO ANO NA USP**

Havia preparado um texto, prevendo que esta sala estaria repleta de jovens com menos de 20 anos e o meu depoimento seria dirigido a eles. No entanto, vejo que não estão aqui e, sim, aqueles que nos anos difíceis da ditadura tinham a idade dos ausentes. Os jovens do século XXI parecem pouco interessados em fatos que os precederam – como se a história tivesse começado com o nascimento de cada um. Esse é um sinal dos tempos, uma característica contemporânea a ser estudada e avaliada. Para a novíssima geração seria útil compreender o que aconteceu com seus pais e avós, principalmente para

que se anteponham a qualquer novo aventureirismo que tente repetir a tragédia do golpe militar de 1964.

1968 foi o segundo ano da ECA, o quarto do golpe militar e o meu primeiro ano na USP. Saindo de uma cidade de 20 mil habitantes, não entrei apenas em uma metrópole, mas na boca do vulcão. Não só porque me aproximava da capital paulista, a “paulicéia desvairada” do Mário de Andrade, mas porque chegara a uma USP convulsionada.

Alguns afirmam que a ECC – Escola de Comunicações Culturais – o primeiro nome da ECA, foi parida nos caldeirões da ditadura para formar quadros confiáveis para a mídia, termo que mal se usava na época. Uma conjunção de fatores levava à certeza dessa suspeita: se a maioria dos jornalistas daquele período era inconfiável, acreditavam que a ECA viria para consertar essa anomalia, formando jornalistas que não incomodassem o reinante espírito de caserna. Por isso, setores das Humanidades viam a nova unidade da USP com suspeita, como se ela fosse uma anomalia a ser extirpada quando o Brasil voltasse à normalidade institucional. Talvez possa ter existido essa oculta intenção e que a prova disso esteja em arquivos ainda não abertos. Uma das alegações para justificar a criação de uma escola domesticada e direcionada aos interesses anti-comunistas, como se dizia, estava exatamente na figura da esposa do reitor da época, Luís Antônio da Gama e Silva, a célebre Dona Edi.

Gama e Silva saiu da Reitoria da USP em 1967, depois de ter assinado o decreto de criação da ECA, para ser ministro da Justiça de Costa e Silva. No ano seguinte, tornou-se o protagonista, pai e porta-voz

do Ato Institucional nº 5 que levou o país a perder de vez as garantias básicas do regime democrático. Dona Edi, uma entusiasta das artes e da modernidade da comunicação, tornara-se uma ativa defensora da criação da ECA. E sendo esposa de um reitor caracterizado como ativo apoiador dos militares o raciocínio levava à crença de que o fundador da ECA seria o pai do AI-5. O que se sabe hoje é que Dona Edi andava por caminhos próprios.

Na autobiografia de Alfredo Mesquita, fundador da Escola de Arte Dramática, ele menciona uma visita que ela lhe fizera, iniciando as negociações que levou a EAD para a USP antes mesmo da criação da ECA. Ao que consta, Dona Edi procurava animar com arte o inóspito campus do Butantã. Provavelmente desse desejo e de suas ligações com professores da FFLCH, inclusive, com Júlio Garcia Morejón, o primeiro diretor da ECA, foi criado um grupo de trabalho para criar cursos de graduação de jornalismo, teatro, cinema, relações públicas e outros na tradicional e austera USP que não percebia nesses novos campos o rigor acadêmico desejável.

De qualquer forma, seja pela ação estratégica da Escola Superior de Guerra ou da movimentação atípica de Dona Edi, a ECA nasceu sob suspeita – como se fosse um corpo estranho dentro da tradicional circunspecção acadêmica da USP.

Se fosse a ECA gestada pelas urdiduras militares teria sido um projeto fracassado. Já em seu segundo ano de existência, ela se transformou num dos pontos de tensão da USP, um centro de turbulência quando as forças armadas queriam uma USP surda, cega e principalmente muda. Talvez Dona Edi não imaginasse que os artistas que

desejava para dar vida ao campus fossem uma forte expressão de inconformismo face à ditadura. Figuras notáveis desse período foram os professores da ECA, entre eles Lupe Cotrim e Paulo Emílio Sales Gomes.

Em 1968, mal o ano letivo se iniciara, reflexos de Paris e fatos políticos fizeram com que as aulas fossem substituídas por assembleias e passeatas. O epicentro da mobilização de alunos e professores da ECA foi o chamado B9, um barracão já demolido que foi, de fato, o seu berço: nele eram realizadas reuniões que o transformaram num foco de resistência e por onde circulavam em aulas, seminários e congressos figuras como Gláuber Rocha, Roberto Rossellini e outros nomes relevantes da cultura.

Nesse período, o Conjunto Residencial da USP, o CRUSP, um grande alojamento de centenas de estudantes, caracterizava-se como um ponto de resistência aos militares e, usando a expressão dos próprios, um centro de subversão. Dele partiam as orientações para organizar as grandes passeatas e onde se reuniam as lideranças políticas estudantis da época. A curta distância entre o CRUSP e o B9, ainda que permeada por espesso matagal, facilitava a interação entre ambos. Após o AI-5, no dia 13 de dezembro ocorreu a invasão da USP, especificamente do CRUSP, e a tomada de suas dependências pelo Exército.

Tal fato sinalizou para outros tempos. Os prédios foram invadidos de madrugada por contingentes do Exército, encarcerando centenas de estudantes – grupo que integrei como morador do CRUSP. Despertados pelo ruído de carros blindados e da cavalaria foi possível constatar que o AI-5 era para valer, usando a força que fosse neces-

sária para manter a ordem da caserna na USP – já que as autoridades universitárias não conseguiam fazê-lo ou, pior, não queriam. A primeira providência do Exército nacional, foi separar rigidamente homens e mulheres. No final da tarde fomos conduzidos ao presídio Tiradentes, fichados e empurrados para celas diminutas. Tarde de noite, boca da manhã os primeiros nomes foram chamados e não se sabia para qual destino: as ruas desertas da Luz ou para o imprevisível como ocorreu com tantos que haviam desaparecido.

O retorno em 1969 mostrou que o CRUSP não apenas estava tomado, mas que seria fechado, eliminando um dos focos de oposição ao regime. A resistência a esses novos tempos de repressão apenas foi dispersada para outros espaços, mas, agora, com a plena certeza do perigo que representava qualquer forma de oposição.

Pelos anos seguintes, sitiada por forças militares visíveis e, principalmente, invisíveis, foi imposto à USP um silêncio que não lhe era próprio.

Se 68 foi o ano da indignação e da coragem, 69 foi o ano do medo, o ano mudo. Na ECA o clima era de insegurança e temor ou pavor. Constantemente chegavam notícias de prisões e mortes. A cada manhã trocávamos informações, e as notícias, com a imprensa censurada, corriam boca a boca. Às vezes trágicas, como notícias de novas prisões e morte de colegas.

A USP e, particularmente a ECA, escola da cultura e das artes, alvos preferenciais do regime, viveram por muitos anos a constante inquietação, às vezes pânico, por dizer o que não podia, de ler o que não

devia e de conviver no dia a dia com pessoas que poderiam ser o que não aparentavam. Seriam membros de movimentos clandestinos ou indivíduos infiltrados no meio estudantil? Tínhamos entre nós os chamados dedos-duros, reais ou imaginários, principalmente imaginários. A imaginação se expandia de maneira intensa, inquietando

"**SE 68 FOI O ANO DA INDIGNAÇÃO E DA CORAGEM,
69 FOI O ANO DO MEDO, O ANO MUDO.**
NA ECA O CLIMA ERA DE INSEGURANÇA E TEMOR OU PAVOR."

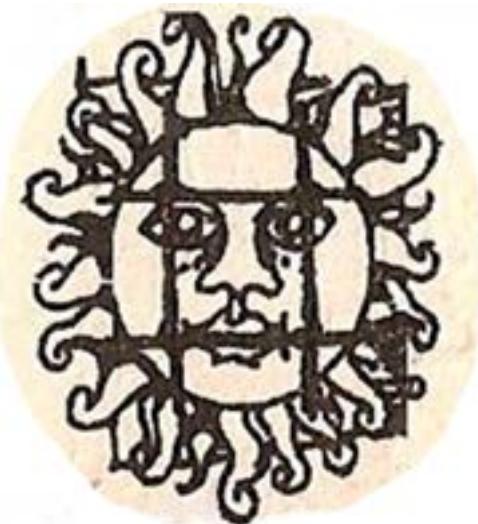
e nos tirando qualquer resquício de tranquilidade. Vivíamos enclausurados no desassossego das ditaduras quando não se sabe quem é quem. Nos anos de chumbo da repressão, todos os gatos eram pardos.

Em 1969, eu trabalhava algumas horas diárias no Centro Acadêmico da ECA, que ainda não era Lupe Cotrim, um dos pontos mais visados pelos dedo-duros e uma área preferencial para que suspeitos fossem flagrados. Fazia carteirinhas de estudante, distribuía apostilas, vendia livros, ajudava a produzir textos, mimeografava (esse era o recurso gráfico da época), distribuía informações e, eventualmente, recebia a polícia.

Tempos depois, li relatórios escritos por agentes infiltrados que davam conta dos meus passos. À distância isso pode soar como um elogio, mas na época esse fato era motivo de fortes inquietações. Não era filiado a nenhum grupo clandestino, mas conspirava como todos nós conspirávamos contra uma situação que, inclusive, afrontava as nossas escolhas profissionais. A ECA, por definição, sempre seria avessa à censura. A sua própria existência constituía-se em ameaça a todos que desejavam um país onde as liberdades essenciais estavam indisponíveis. A USP como um todo, as humanidades em particular, e especificamente a ECA foram duramente atingidas no período por todas as modalidades de repressão que incorporavam mortes, encarceramentos e cassações que tanto prejudicaram seus objetivos de ensino e pesquisa. O próprio reitor, Hélio Lourenço, foi cassado.

Na época, pedi a um aluno, Laerte Coutinho, exímio desenhista, que fizesse o símbolo do Centro Acadêmico. Em poucos minutos me entregou um sol atrás das grades, imagem amplamente adotada e, por muito anos, estampada em nossas publicações, inclusive nas carteirinhas dos alunos. Depois de 1985, essas grades desapareceram e o sol da liberdade perdeu a graça e a força que tivera nos anos de chumbo. Mas permanece como um constante aviso de que, às vezes, querem encarcerar o sol.

Desse período me restou claramente na memória, entre imagens de violência e de terror, uma cena que alimentou minha trajetória na USP, fortalecendo permanentemente a ideia da liberdade – vital para a Universidade – e da autonomia necessária como o ar para manter a vida de pesquisa e ensino.



Sol atrás das grades.
Antigo símbolo do
Centro Acadêmico da ECA.
Fonte: acervo pessoal.

Em uma tarde fui chamado à seção de alunos da ECA. Sem nada suspeitar me dirigi a essa repartição. Lá chegando me deparei com uma cena tétrica: dois policiais, não fardados, sustentando pelos braços um jovem trêmulo. Não sei o seu nome, origem ou a sua história. Se me ocorreu uma palavra naquele momento foi: torturado. O rapaz, certamente um estudante, muito jovem, estava com os óculos avariados, um aro sem a lente e outra partida, tremendo muito. Esse rapaz tinha sido conduzido à ECA para reconhecer uma aluna procurada pela polícia. Poderia ser uma cena forjada, mas naquele momento, bombardeado pelas perguntas dos policiais sobre o paradeiro da colega, me senti posto na parede de forma brutal. Eu que trabalhava no Centro Acadêmico atendendo alunos de uma ECA pequena deveria conhecer essa colega. Dispararam perguntas, me encurralando, me obrigando dizer o que não sabia, e o que eu eventualmente sabia e não poderia dizer em hipótese alguma. Tinha na minha frente aquela figura torturada, patética, que sinalizava para mim o que poderia ser o meu próprio destino.

De repente irrompe na sala o diretor da ECA, Antônio Guimarães Ferri, com seu 1,60m de altura, mais vermelho do que o normal e furibundo. Eu nunca vira o professor Ferri daquela forma. De dedo em riste ele partiu para cima daqueles sujeitos, gritando “fora, fora, aqui mando eu”. Em outras palavras, a polícia jamais deveria invadir aquele espaço, pois a Universidade estava acima da censura e da repressão. Os dois indivíduos saíram às pressas, arrastando a vítima. Guardei para sempre a cena e a lição: a liberdade na instituição universitária é de tal forma essencial que sem ela não há universidade. A breve cena foi a mais forte e marcante lição de autonomia universitária que eu recebi.

Em 1975, nove anos após a sua fundação, a ECA se tornara na expressão do general Ednardo D'Ávila Melo, comandante do II Exército, “o principal foco de agitação da USP”. Esse ano marcou a célebre greve contra o seu diretor, Manuel Nunes Dias, um ativo dirigente que, pelas suas ações, mostrava estar mais conectado ao aparato policial do que às questões universitárias. Essa greve que custou um semestre aos alunos se alastrou pelo país, marcando a retomada dos movimentos estudantis abafados desde o AI-5. No final do mesmo ano foi preso e morto em dependências militares o jornalista Vladimir Herzog, professor de jornalismo na ECA. Tais fatos, a greve que se alastrou e a morte de Herzog, foram elementos marcantes que, em cadeia, determinaram mudanças na história do Brasil.

Não, a ECA, se a intenção era essa, não nasceu por força das estratégias da repressão e nunca foi domesticada. Ela transita por campos do conhecimento nos quais o valor da liberdade é, particularmente, precioso. Se ela disse “não” nos anos de chumbo, continuará pelo tempo repetindo que a liberdade para ela é ar e que os golpes, perseguições, censura e opressão são intoleráveis. A ECA só vive plenamente em liberdade e, fora dela, será resistência.

LUIZ AUGUSTO MILANESI é graduado em Biblioteconomia pela ECA-USP (1971). Possui mestrado (1977) e doutorado (1985) em Ciências da Comunicação também pela USP. No período de 1983 a 1994 foi coordenador do *Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo* e presidente da Comissão de Cultura e Extensão da ECA-USP, de 2002 a 2004. Foi diretor da Escola, no período de 2005 a 2009.

Atualmente é professor titular sênior do Departamento de Informação e Cultura (CBD) da ECA. Tem experiência na área da informação e ação cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: bibliotecas públicas, leitura, centros de cultura.

É autor de várias obras, entre elas: *Ordenar para Desordenar* (Editora Brasiliense 1986); *A Casa da Invenção* (Ateliê Editorial, 1991) e *O que é biblioteca* (Editora Brasiliense, 1983).